

ANEXO A SIGLAS E ABREVIATURAS

AAO	Auxiliar Administrativo Operacional
ACOM	Assessoria de Comunicação
AFC	Auditor Fiscal de Controle Externo
AUC	Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COG	Consultoria Geral
DAF	Diretoria de Administração e Finanças
DAI	Atividade de Direção Assessoria Intermediário
DAS	Atividade de Direção Assessoria Superior
DCE	Diretoria de Controle da Administração Estadual
DAE	Diretoria de Atividades Especiais
DLC	Diretoria de Controle de Licitações e Contratações
DER/SC	Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina
DERH	Departamento de Recursos Humanos
DIAD	Divisão de Atualização de Débitos
DIN	Diretoria de Informática
DIOSE	Divisão de Organização das Sessões
DIPRO	Divisão de Protocolo
DIVAP	Divisão de Apoio
DMU	Diretoria de Controle dos Municípios
DPE	Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GAP	Gabinete da Presidência
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IRB	Instituto Rui Barbosa
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MOO	Motorista Oficial
ONB	Ocupação Nível Básico
ONM	Ocupação Nível Médio
ONS	Ocupação Nível Superior
PROMOEX	Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios
REP	Representação
RLD	Receita Líquida Disponível
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda
SEG	Secretaria Geral
SEG/ ADV	Secretaria Geral - Sala dos Advogados
SINAOP	Simpósio Nacional de Auditorias e Obras Públicas
TAC	Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo
TCE/ SC	Tribunal de Contas do Estado do Estado de Santa Catarina
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação

ANEXO B

GLOSSÁRIO

ADMINISTRAÇÃO. Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente; (XII, Art. 6º da Lei No 8.666, de 21 de junho de 1993, Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.)

CARGO EFETIVO. Quando integrar classe de categoria funcional, exigindo-se para o respectivo provimento, em classe inicial, ou única, habilitação em prova competitiva de caráter eliminatório. (José Daniel de Alencar. Dicionário de Auditoria, Brasileira, 1984)

CONCORRÊNCIA. 1 — Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. (§ 1º do Art. 22 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993); 2 — Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital da licitação para a execução de seu objeto. (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/>)

DECISÃO DEFINITIVA. É a decisão pela qual o Tribunal manifestando-se quanto à legalidade, eficiência, legitimidade ou economicidade de atos e contratos, decide pela regularidade ou pela irregularidade, sustando, se for o caso, a sua execução ou comunicando o fato ao poder competente para que adote o ato de sustação, e também, manifestando-se quanto à legalidade de atos sujeitos a registro, decide

por registrar ou denegar o registro do ato. (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Nº 202, de 15 de dezembro de 2002, art 36, § 2º, letras a e b).

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA. Constituem os pagamentos que não dependem de autorização legislativa; aqueles que não estão vinculados ao orçamento público; não integram o orçamento. Correspondem à restituição ou à entrega de valores arrecadados sob o título de receita extra-orçamentária. (João Angélico, Contabilidade Pública, Atlas, 1994.

DECISÃO PRELIMINAR. É a decisão pela qual o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito em processos de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, resolve sobrestar o feito, ordenar a audiência dos responsáveis ou determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo, e, após exame do mérito, constatada ilegalidade na apreciação de atos sujeitos à registro ou de atos e contratos, fixa prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Nº 202, de 15 de dezembro de 2002, art 36, § 1º, letras a e b).

DECISÃO TERMINATIVA. É a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, isto é, quando decorrentes de caso fortuito ou força maior, comprovadamente alheios à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento do

mérito das mesmas. (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Nº 202, de 15 de dezembro de 2002, arts. 12, § 3º e 22).

EXECUÇÃO FINANCEIRA. 1 — Utilização dos recursos financeiros visando atender a realização dos subprojetos e/ou subatividades, atribuídos às unidades orçamentárias.

(www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/); 2 — Efetiva utilização de recursos financeiros na efetivação de pagamentos derivados de: a) compromissos específicos assumidos (por meio de empenho da despesa) na realização dos objetivos de subprojetos ou subatividades; b) compromissos contratuais do governo (por exemplo, amortização e encargos de empréstimos); c) vinculações legais (transferências pelo partilhamento de impostos e contribuições); d) obrigações legais (pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas); e) cumprimento de determinações judiciais. Distingue-se da execução orçamentária, que envolve apenas o comprometimento de recursos gráficos. (<http://www.sef.mg.gov.br/analiseef/analiseexec/financcpub.htm>)

FUNDAÇÕES. São entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, criação autorizada por lei, escritura pública e estatuto registrado e inscrito no registro civil de pessoas jurídicas, com objetivos de interesse coletivo, geralmente de educação, ensino, pesquisa, assistência social, etc., com a personificação de bens públicos, sob o amparo e controle permanente do Estado. (Hélio Kohama, Contabilidade Pública, Atlas, 1991).

INSPEÇÃO. (Ver também auditoria) É o procedimento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos da administração e de atos administrativos praticados por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição. (Art. 30

da Instrução Normativa no 9, de 16 de fevereiro de 1995, do TCU)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. é uma atividade técnica administrativa que, através da análise do ambiente de uma organização, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças dos seus pontos fortes e fracos para o cumprimento da sua missão e, através desta consciência, estabelece o propósito de direção que a organização deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar os riscos”.

(FISCHMANN, Adalberto Américo; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1991, p. 35).

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. A previsão orçamentária é, além de ato de planejamento das atividades financeiras do Estado, ato de caráter jurídico, “criador de direitos e de obrigações”. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/).

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA. Previsão da receita e despesa para um exercício, com os respectivos quadros e justificativas. No caso da União, materializa o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/).

RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA. 1 - Valores provenientes de toda e qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/); 2 - É aquela que não integra o orçamento público. É classificada em contas financeiras adequadas, existentes no plano de contas da entidade. (João Angélico, Contabilidade Pública, Atlas, 1994).

RESOLUÇÃO. São atos administrativos normativos expedidos pelas altas

autoridades do Executivo (mas não pelo Chefe do Executivo, que só deve expedir decretos), ou pelos presidentes de tribunais e órgãos legislativos, para disciplinar matéria de sua competência específica. Por exceção admitem-se resoluções individuais. (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 17º ed., 1990).

RESTOS A PAGAR. 1 — Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/); **2** — Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não-processadas. Portanto, uma vez empenhada a despesa e não sendo paga até o dia 31 de dezembro, será considerada como restos a pagar, para efeito do encerramento do exercício financeiro. Em outras palavras, uma vez empenhada a despesa, ela pertence ao exercício financeiro, onerando as dotações orçamentárias daquele exercício. (KORAMA, Heilio Contabilidade Pública, Atlas, 1991); **3** — Despesa escriturada como dívida fluante e que passa de um para outro exercício, nas entidades públicas; título de conta que, de acordo com a padronização estabelecida pela Lei 4.320/64, para a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, representa, no Ativo, a contrapartida de despesa a pagar, figurando como receita extraordinária; título de conta, que figura na despesa extraordinária, relativo a pagamentos no exercício; conta típica do passivo financeiro, por natureza. As despesas não pagas até o fim do exercício são levadas à conta de restos a pagar, e analisadas pelos credores. (A. Lopes de Sá, Ana M. Lopes de Sá. Dicionário de Contabilidade, Atlas, 1994)

SUPERÁVIT FINANCEIRO. Diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais e as operações de créditos a eles vinculados.

(www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/).

TERMO ADITIVO. 1 - Consiste no instrumento que venha modificar o convênio, ajuste ou o contrato, alterando-o em algum aspecto, acrescentando ou excluindo uma ou algumas de suas cláusulas. (José Daniel de Alencar. Dicionário de Auditoria, Brasiliense, 1984.); **2** - Instrumento elaborado com a finalidade de alterar itens de contratos, convênios ou acordos firmados pela administração pública.

SUPLEMENTAÇÃO. Aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária. (www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. A ação desempenhada pelo órgão competente ou pelo Tribunal: a) para a apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando não forem prestadas as contas ou quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos; b) quando, em processo de fiscalização a cargo do Tribunal, ficar caracterizada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário; c) nos casos de falecimento do responsável ou de vacância do cargo, por qualquer causa, desde que não tenham sido apresentadas as contas ao Tribunal no prazo legal. (Inciso II do Art. 9º Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Resolução no TC-06/ 2001, de 03 de dezembro de 2001).

ANEXO C

DIÁRIAS REFERENTE AO PRIMEIRO TRIMESTRE 2012

RESUMO GERAL		Total de Diárias	269
		Qte Funcionários	66
		Total de Viagens	35
		Valor total de diárias	R\$ 82.155,00
SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	QT. DIÁRIAS	TOTAL
ADIRCÉLIO DE MORAIS FERREIRA JÚNIOR	CONSELHEIRO	3,5	2.464,00
AILTON JOSÉ DUTRA	AUX. ADM. E CONT. EXTERNO	5	1.055,00
ALDO HARTKE DUTRA	ENGENHEIRO	1,5	555,00
ALYSSON MATTJE	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,5	2.486,00
ANDREA YUMI IÇO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	2,5	527,50
ANDREZA DE MORAIS MACHADO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1	370,00
CÉLIO MACIEL MACHADO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	2,5	1.130,00
CÉSAR FILOMENO FONTES	CONSELHEIRO PRESIDENTE	2	1.408,00
CHRISTIANO AUGUSTO A. RODRIGUES	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5	1.055,00
CLARIBALTE PEREIRA DA CUNHA	MOTORISTA	7,5	1.267,50
CLÁUDIO FELÍCIO ELIAS	MOTORISTA	7,5	1.267,50
CLAUTON SILVA RUPERTI	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1	237,00
DAISON FABRÍCIO ZILLI DOS SANTOS	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5	1.055,00
DENISE REGINA STRUECKER	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	2,5	527,50
ERASMO MANOEL DOS SANTOS	MOTORISTA	7,5	1.406,50
FERNANDA NIEHUES FAUSTINO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	0,5	105,50
GERALDO JOSÉ GOMES	DIRETOR DMU	1,5	355,50
GILBERTO PAIVA DE ALMEIDA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	2	904,00
GILSON ARISTIDES BATTISTI	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1	370,00
GLAÚCIA DA CUNHA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	17,5	4.567,00
HAMILTON HOBUS HOEMKE	DIRETOR DA COG	5,5	2.271,00
HAMILTON MARQUES FILHO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5	1.055,00
HÉLIO SILVEIRA ANTUNES	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	3	1.110,00
IVO POSSAMAI	AUX. ADM. E CONT. EXTERNO	1,5	316,50
JAIRO WESSLER	MOTORISTA	6,5	1.098,50
JÂNIO QUADROS	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	8,5	3.197,00
JOÃO CLÓVIS DA SILVA	MOTORISTA	8,5	1.436,50
JOARES ANTONIO DE LIMA	ASSESSOR MILITAR	2	904,00
JOSEANE APARECIDA CORREA	DIRETORA ICON	2	689,00
KLIWER SCHIMIDT	DIRETOR DMU	5,5	2.271,00
LEONARDO MANZONI	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,5	2.035,00
LUCIANA MARIA DE SOUZA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	9,5	2.879,00
LUIZ ALEXANDRE STEINBACH	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	3	633,00
LUIZ CÉSAR DUARTE FORTUNATO	MOTORISTA	7	1.183,00
LUCIANA MARIA DE SOUZA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	3	633,00
MARCELO BROGNOLI DA COSTA	DIRETOR DA DLC	4,5	2.034,00
MARCO AURÉLIO SOUZA DA SILVA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	4,5	1.665,00
MARIA DE LOURES SILVEIRA SORDI	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	7	1.477,00
MICHELLE FERNANDA DE CONTO EL ACHKAR	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,5	2.035,00
MÁRCIA ROBERTA GRACIOSA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,5	2.035,00
MAXIMILIANO MAZERA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1	370,00

NELSON COSTA JÚNIOR	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	8,5	2.668,00
ODIR GOMES DA ROCHA NETO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	12	2.532,00
OLDAIR SCHRÖEDER	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	2,5	527,50
OSVALDO DE OLIVEIRA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1	452,00
PATRYCIA BYANCA FURTADO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	1	370,00
PAULO CÉSAR DE SOUZA	MOTORISTA	1	308,00
PAULO SÉRGIO ALVES MADEIRA	ASSESSOR DE CONSELHEIRO	1	370,00
PEDRO JOSÉ JORGE DE OLIVEIRA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	2,5	592,50
RAUL FERNANDO FERNANDES TEIXEIRA	DIRETOR DA DPE	2	904,00
RICARDO JOSÉ DA SILVA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	3	1.110,00
RICARDO CARUSO MAC-DONALD	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5	1.055,00
ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN	DIRETOR DA DAE	4	844,00
RODRIGO LUZ GLÓRIA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	10,5	3.090,00
SABRINA NUNES IOCKEN	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	2	1.408,00
SALOMÃO ANTÔNIO RIBAS JÚNIOR	CONSELHEIRO	1,5	1.056,00
TATIANA KAIR MEDEIROS DA SILVA	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,5	2.035,00
VALÉRIA PATRÍCIO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5	1.055,00
WALLACE DA SILVA PEREIRA	AUX. ADM. E CONT. EXTERNO	5,5	2.486,00
WELLINGTON LEITE SERAPIÃO	AUD. FISC. CONT. EXTERNO	5,5	2.035,00
WILSON ROGÉRIO WAN-DALL	CONSELHEIRO	4	2.816,00

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

- Chefia do Gabinete da Presidência
Walkiria Machado Rodrigues Maciel
- Assessor para Assuntos Institucionais
Débora Cristina Vieira
- Auditoria Interna
João Luiz Gattringer
- Diretoria Geral de Controle Externo
Luiz Carlos Wisintainer
- Consultoria Geral
Hamilton Hobus Hoemki
- Diretoria de Controle de Licitações e Contratações
Marcelo Brognoli
- Diretoria de Controle da Administração Estadual
Névelis Scheffer Simão
- Diretoria de Controle dos Municípios
Kliwer Schmitt
- Diretoria de Controle de Atos de Pessoal
Reinaldo Gomes Ferreira
- Diretoria de Atividades Especiais
Roberto Silveira Fleischmann
- Diretoria Geral de Planejamento e Administração
Edison Stieven
- Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais
Raul Fernando Fernandes Teixeira
- Diretoria de Administração e Finanças
José Roberto Queiroz
- Diretoria de Informática
Paulo Roberto Riccioni Gonçalves
- Secretaria Geral
Francisco Ferreira Filho
- Assessoria de Comunicação Social
Lucia Helena Fernandes de Oliveira Prujá
- Instituto de Contas
Josiane Aparecida Correa – Diretora Executiva